



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, Inciso XXIII; Art. 40º, §1º, Incisos I ao III da Lei 14.133/2021).

1. INTRODUÇÃO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer os elementos técnicos e administrativos necessários à contratação para aquisição de empilhadeira elétrica, visando atender às demandas operacionais do Almoxarifado Central, conforme caracterização da necessidade constante no Estudo Técnico Preliminar do Processo Administrativo nº 89375/2026, elaborado nos termos do art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021

1.2. A contratação será procedida por licitação, pela modalidade **Pregão Eletrônico**, fundamentado no **Art. 6º Inciso XLI, Art. 17º §2 e Art. 28 Inciso I da Lei nº 14.133/2021**, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns.

1.2.1. A escolha da modalidade de Pregão Eletrônico para a realização deste processo licitatório justifica-se pela maior rapidez em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos pela Administração, pela probabilidade que têm os licitantes de reduzir preços durante a disputa licitatória (**Art. 18º Inciso VIII da lei 14.133/21**).

1.3. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de **menor preço por item**, desde que perfeitamente exequíveis e observadas às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos **neste Instrumento**.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º Inciso XXIII Alínea j; Art. 92º Inciso VIII da Lei

Órgão	04 - Secretaria Municipal de Administração
Unid. Orçamentária	04.001 - Secretaria Municipal de Administração
Função	04 - Administração
Subfunção	122 – Administração Geral
Projeto/Atividade	2070 – Recursos não Vinculados de Impostos - Exercício Corrente
Natureza da Despesa	4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material permanente





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Fonte de Recurso	27550000 - Alienação de Ativos - Administração Direta - Exercícios Anteriores

2.1 A contratação encontra-se compatível com a previsão orçamentária da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, sendo a respectiva reserva de dotação orçamentária juntada aos autos do Processo Administrativo nº 89375/2026, em observância à Instrução Normativa Conjunta nº 003/2024/CGM/PGM.

3. OBJETO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea a; Art. 18º Inciso II; Art. 40º §1º Inciso I da Lei 14.133/2021):

3.1. Aquisição de 01 (uma) empilhadeira elétrica, para atendimento das necessidades operacionais do Almoxarifado Central, conforme especificações usuais de mercado e do CATMAT constantes no item 7 do presente termo.

3.2. A descrição pormenorizada do Objeto encontra-se descrita no **item 7.1 deste Instrumento**.

3.3. Não se aplica o parcelamento do objeto previsto no art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de aquisição de equipamento único, indivisível e funcionalmente integrado, cuja divisão comprometeria a padronização técnica, a operacionalidade, a garantia do fabricante e a adequada execução da finalidade pública pretendida.

4. JUSTIFICATIVA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea b da Lei 14.133/2021):

4.1. A contratação justifica-se pela necessidade de garantir eficiência, segurança e adequada gestão logística no Almoxarifado Central, tendo em vista a inexistência de equipamento apropriado para movimentação de cargas em altura, o que compromete a organização do estoque, aumenta o tempo de execução das atividades e eleva o risco de acidentes. O Estudo Técnico Preliminar demonstrou que a utilização de equipamentos a combustão é inadequada para o ambiente interno, conforme manifestação técnica do SESMT, sendo a empilhadeira elétrica a melhor solução tecnicamente adequada e disponível, além de apresentar maior eficiência operacional, redução de riscos ocupacionais e melhor custo-benefício a médio e longo prazo. Conforme Estudo Técnico Preliminar, a especificação constante do CATMAT foi adotada como referência de mercado, sendo compatível e superior à necessidade mínima identificada e aprovada pelo setor demandante.





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

5. CLASSIFICAÇÃO DO BEM COMUM (Art. 6º Inciso XIII; Art. 20º; Art. 29º da Lei 14.133/2021; Decreto Municipal 59.677/23):

5.1. O objeto enquadra-se na classificação de qualidade comum por apresentar padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no ato convocatório e no presente **Termo de Referência**, por meio de especificações usuais do mercado e executada por grande número de empresas e Instituições do mercado, sem especificações técnicas complexas. (Art. 29º da Lei nº 14.133/21).

5.2. A presente contratação observa critérios de sustentabilidade ambiental, considerando que o equipamento a ser adquirido possui alimentação elétrica, reduzindo a emissão direta de poluentes, ruídos e resíduos decorrentes da utilização de combustíveis fósseis, contribuindo para a melhoria das condições ambientais e de trabalho nas dependências do Almoxarifado Central, em consonância com o Decreto Municipal nº 44.069/2018 e com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DE CONSUMO (Art. 12º Inciso VII da lei 14.133/21):

6.1. A demanda foi definida com base no Documento de Formalização da Demanda do Almoxarifado Central, considerando a necessidade contínua de movimentação de cargas, estimando-se a aquisição de 01 (uma) empilhadeira elétrica para atendimento das atividades operacionais do setor.

6.2. As quantidades e especificações dos equipamentos encontram-se descritas no **item 7.1 deste Instrumento**.

7. ESTIMATIVA DE VALOR (Art. 12º Inciso II; Art. 18º Inciso IV da Lei 14.133/21):

7.1 A estimativa de valor foi elaborada mediante pesquisa realizada no Painel de Preços do Governo Federal, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e com o Caderno Técnico de Pesquisa de Preços do Governo Federal, utilizando-se contratações públicas similares compatíveis com o objeto pretendido.

Registra-se que foram realizadas buscas visando identificar contratações similares no âmbito do Estado de Rondônia, contudo não foram localizadas referências suficientes e válidas relacionadas ao objeto com especificações compatíveis, especialmente quanto à capacidade operacional, tipo de alimentação elétrica, altura de elevação e bateria de íon de lítio.

Diante da insuficiência de contratações regionais aptas a compor cesta de preços segura e representativa, adotaram-se referências disponíveis em âmbito nacional, observando-se a





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

compatibilidade técnica do equipamento, os custos logísticos envolvidos, as condições mercadológicas do setor e a metodologia definida pela legislação federal aplicável, visando assegurar estimativa idônea e compatível com a realidade do mercado.

AMPLA CONCORRÊNCIA

Cód	Descrição	Unid.	Quant	Média	Preço Total
129842 / 42	Empilhadeira Elétrica Tipo Funcionamento: Elétrica Contrabalanceada Capacidade: 2.500 KG (MIN) Tipo Torre: Triplex Tensão Alimentação: 48 V Altura Elevação Garfo: 6.010 MM Comprimento Total: 3.399 MM Características Adicionais: Bateria De Íon De Lítio, 600ah E Carregador (CatMat 610725)	Unid	01	R\$ 175.000,0 0	R\$ 175.000,0 0
					R\$ 175.000,0 0

8. FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA (Art. 18º Inciso III; Art. 40º, §1º, Inciso II da Lei 14.133/21):

8.1. A entrega do equipamento deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão da nota de empenho ou instrumento equivalente, devendo o bem ser novo, em perfeitas condições de uso e acompanhado de todos os acessórios, manuais e itens necessários ao seu pleno funcionamento.

8.2. O item deverá ser entregue em horário comercial, nas dependências do Almoxarifado Central, situado a Av. Antônio Quintino Gomes, nº 3695, bairro Jardim América, no horário das 07:30 as 13:30 horas, de segunda-feira a sexta-feira, neste Município de Vilhena / RO.

8.3. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do item licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais até as dependências do Almoxarifado Central é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a Secretaria Municipal de Administração responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

8.4 O Almoxarifado Central dispõe de infraestrutura elétrica compatível com o equipamento a ser adquirido, incluindo ponto de energia trifásica adequado para a recarga da empilhadeira





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

elétrica, não sendo necessária, em princípio, a realização de adaptações estruturais adicionais para o seu funcionamento.

9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 92º Inciso VII da Lei 14.133/21):

9.1. O objeto dessa licitação será recebido PROVISORIAMENTE, pelo Almojarifado, para fins de conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado.

9.2. O equipamento deverá ser entregue em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, especialmente quanto à capacidade de carga, altura de elevação, tipo de alimentação elétrica e requisitos de segurança, sendo vedada a entrega de equipamento em desacordo com o definido no Estudo Técnico Preliminar.

9.3. Após o recebimento provisório do item, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será verificada pelo Almojarifado Central a conformidade do objeto proposto e entregue com as especificações contidas na Nota de Empenho.

9.4 Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, os equipamentos entregues deverão ser substituídos, por conta e ônus da CONTRATADA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis. O descumprimento deste prazo poderá ensejar a aplicação de multa, bem como caracterizar inexecução parcial ou total do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.5. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do equipamento fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização do equipamento.

10. DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea f e Título III – Contratos Administrativos da Lei 14.133/2021):

10.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, sendo que a entrega do equipamento deverá ocorrer conforme prazo definido neste Termo de Referência, não havendo prestação continuada.

10.2. Este **Termo de Referência e seus anexos** estão vinculados ao contrato ou seu equivalente, como também a proposta do licitante vencedor (**Art. 92, Inciso II da Lei 14.133/2021**).

10.3. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou seu equivalente em que se





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (**Lei nº 14.133/2021, Art. 119**).

10.4. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou seu equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (**Lei nº 14.133/2021, Art. 120**).

10.5. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou seu equivalente (**Lei nº 14.133/2021, Art. 121**).

10.6. A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou seu equivalente (**Lei nº 14.133/2021, Art. 121, §1º**).

10.7. DO REAJUSTE CONTRATURAL

10.7.1. O Reajuste dos valores contratual terá como data base o orçamento estimado conforme o §7º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021;

10.7.2. Deve ser observado o princípio da anualidade para o reajuste;

10.7.3. O índice a ser utilizado para o reajuste contratual será o IPCA e, em caso de sua extinção, outro que venha lhe suceder.

10.8 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.8.1 A gestão do contrato será exercida pelo servidor **Fabiano Brito**, matrícula nº 6099, designado formalmente pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa Conjunta nº 003/2024/CGM/PGM.

10.8.2 A fiscalização da execução contratual será realizada por servidor formalmente designado pela Administração, competindo-lhe acompanhar, fiscalizar e verificar o cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto:

- a) à conformidade do equipamento fornecido com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência;
- b) ao cumprimento dos prazos de entrega;
- c) à regularidade da assistência técnica e garantia contratual;
- d) à comunicação de irregularidades e solicitação de providências à contratada;
- e) ao recebimento provisório e definitivo do objeto.

10.8.3 O modelo de gestão contratual observará o acompanhamento contínuo da execução do





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

objeto, mediante registro das ocorrências relevantes, controle dos prazos contratuais, verificação das condições de garantia e fiscalização do cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.8.4 A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua execução.

10.8.5. Compete à fiscalização do contrato verificar, quando aplicável, o cumprimento pela contratada das obrigações relativas à contratação de aprendizes e à reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, podendo solicitar documentos comprobatórios durante a execução contratual.

11. DA GARANTIA (Art. 40º § 1º Inciso III da Lei 14.133/21):

11.1. A contratada deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses para o equipamento fornecido, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo assistência técnica integral, com manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, componentes e acessórios originais ou equivalentes, sem qualquer ônus para a Administração. Durante o período de garantia, a contratada será responsável por sanar quaisquer falhas, vícios ou defeitos de fabricação ou funcionamento, devendo realizar o atendimento técnico no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação, bem como promover o reparo ou substituição do equipamento ou de suas partes no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da constatação do problema. Caso o prazo não seja cumprido, a contratada deverá providenciar, sem custos adicionais, solução alternativa que não comprometa a continuidade das atividades do Almoxarifado Central. A assistência técnica deverá ser prestada por rede autorizada ou pelo próprio fabricante, garantindo suporte técnico adequado durante todo o período de garantia.

11.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos Arts. 96º e seguintes da Lei nº 14.133/21 (**caução, seguro-garantia, fiança bancária**), pela razão de tratar-se de fornecimento total e imediato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92º, Inciso XIV da Lei 14.133/21):

12.1. Fornecer 01 (uma) empilhadeira elétrica nova, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo seu perfeito funcionamento, segurança operacional e adequação ao uso em ambiente interno.





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 12.2.** Entregar os equipamentos no prazo estipulado pelo CONTRATANTE.
- 12.3.** Comunicar o CONTRATANTE, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento da entrega do equipamento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
- 12.4.** Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete.
- 12.5.** Responsabilizar-se, com a transportadora, pela movimentação dos equipamentos até as dependências do Almoxarifado Central, não sendo a SEMAD responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.
- 12.6.** Assumir toda responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da adjudicação desta licitação.
- 12.7.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no **Art. 124º, Inciso II, Alínea d da Lei nº 14.133/2021**.
- 12.8.** Garantir a qualidade dos equipamentos entregues, bem como substituir qualquer item que não esteja dentro dos padrões de qualidade e conforme as condições previstas neste Termo.
- 12.9.** Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.
- 12.10.** Manter durante a execução do contrato e/ou empenho todas as condições de habilitação e qualificação exigidas (**Art. 92º, Inciso XVI da Lei 14.133/21**).
- 12.11** Disponibilizar assistência técnica durante o período de garantia, com estrutura própria ou rede credenciada, assegurando atendimento em prazo compatível com a criticidade operacional do equipamento, incluindo fornecimento de peças, mão de obra especializada e deslocamento, sem ônus para a Administração.
- 12.12.** A contratada deverá observar e cumprir, durante toda a execução contratual, as disposições relativas à contratação de aprendizes previstas no art. 51 do Decreto Federal nº 9.579/2018, quando enquadrada nas hipóteses legais de obrigatoriedade.
- 12.13.** A contratada deverá observar e cumprir, durante toda a execução contratual, as disposições relativas à reserva legal de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991, quando enquadrada nas hipóteses legais de obrigatoriedade.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92º, Inciso XIV da lei 14.133/2021):

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o **Termo de Referência**.

13.2. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer os equipamentos/materiais dentro das especificações exigidas neste **Termo de Referência**.

13.3. Emitir nota de empenho a crédito do(s) fornecedor (es) no valor total correspondente ao objeto solicitado.

13.4. Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA.

13.5. Conferir os equipamentos/materiais recebidos e as notas fiscais se os mesmos estão de acordo com a nota de empenho.

13.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.

13.7. Fiscalizar a entrega dos equipamentos podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste **Instrumento**.

13.8. Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste **Termo de Referência**.

13.9. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou seu equivalente.

13.10. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste **Termo de Referência**.

13.11. A SEMAD não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato ou seu equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. PAGAMENTO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea g; Art. 18º Inciso III e Art. 92º; Capítulo X – Dos Pagamentos da lei 14.133/21):





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

14.1. O pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após a entrega dos equipamentos através de transferência bancária em conta corrente (**Art. 142º da Lei 14.133/21**), mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pela Comissão de Recebimento do Almoxarifado Central, conforme conferência pelo Controle Interno.

14.2. As notas fiscais deverão conter a descrição do objeto, conforme descrito no empenho, constar os dados bancários, estarem em nome da CONTRATANTE, e deverão estar acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Fazenda Federal, inclusive relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), CNDT e ISS Municipal no caso de prestação de serviços, comprovantes estes da manutenção das condições da habilitação, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais da documentação mencionada no **Art. 68º da Lei 14.133/21**.

14.3. A fatura/nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida a CONTRATADA para retificação e reapresentação acrescentando-se, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

14.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a CONTRATANTE.

14.5. Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

14.6. No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

14.7. A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE;
- b) Se os equipamentos entregues não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas;

14.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para isso, como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, será utilizada a seguinte fórmula:





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

$$I = (6\%/100)$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual= 6% (seis por cento), com vigência a partir da data de adimplemento da etapa;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

14.9. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventual atraso de pagamento.

14.10. Para fazer jus ao contrato, a empresa deverá estar regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, bem como quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a aquisição, além do contrato devidamente assinado e publicado.

14.11. No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

14.12. A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados propostas que assim se apresentarem (**Art. 145º da lei 14.133/21**).

15. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea h da Lei 14.133/2021):

15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão na forma eletrônica, conforme discriminado no **Item 1.2 deste Termo de Referência**.

15.2. A proposta, que compreende a descrição do produto ofertado e preço unitário (por unidade) e total (unidade x valor unitário), que deverão ser compatíveis com o **Termo de Referência e seus anexos**, bem como atender a todas as suas exigências.

15.3. A empresa licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta de preços, catálogo, ficha técnica, manual ou documento equivalente, preferencialmente em língua portuguesa, contendo especificações detalhadas do equipamento ofertado, de modo a permitir a verificação do atendimento integral às exigências deste Termo de Referência, sob pena de





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

desclassificação.

15.4. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atendam às exigências deste **Termo**;
- b) Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios e defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c) Não atendam às características mínimas deste **Termo de Referência**.

16. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea h; Capítulo VI, Arts. 62º ao 70º da Lei 14.133/2021):

16.1. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. Para tanto, será exigido do licitante:

16.2. Habilitação Jurídica (Art. 62, Inciso I; Art. 66 da Lei 14.133/2021):

16.2.1. A habilitação jurídica visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações (**Art. 66 da Lei 14.133/2021**). Serão exigidos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação;
- e) Documentos pessoais do representante legal da empresa.

16.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (Art. 62, Inciso III; Art. 68 da Lei 14.133/2021):

- a) Cartão de CNPJ – Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral (**Art. 68, Inciso I da Lei 14.133/21**);
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (**Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21**);

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (**Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21**);

d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (**Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21**);

e) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (**Art. 68, Inciso IV da Lei 14.133/21**).

f) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa (**Art. 68, Inciso V da Lei 14.133/21**);

g) Declaração Conjunta de:

- Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação;
- Declaração de que não possuiu em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002 (**Art. 68, Inciso VI da Lei 14.133/21**);
- Declaração de inexistência de servidor público da ativa, nos quadros funcionais da empresa (sócio/administrador/diretor, etc...);
- Declaração de Conhecimento e concordância com todos os termos do **Termo de Referência e seus anexos** e de Cumprimento Pleno de todos os Requisitos de Habilitação exigidos;
- Declaração de que a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

16.4. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 62, Inciso IV; Art. 69 da Lei 14.133/2021):

16.4.1. A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato ou seu equivalente. Para isso será exigido (**Art. 69 da Lei 14.133/2021**):

a) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (**Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021**);

16.5. Habilitação Técnica:

a) Considerando tratar-se de bem comum, com especificações padronizadas e execução imediata, não se mostra necessária a exigência de qualificação técnica, sendo suficiente a comprovação da regularidade jurídica, fiscal e econômico-financeira, aliada às exigências de garantia e especificação técnica do objeto.

16.5.1. Antes da contratação, a Administração realizará consulta aos cadastros de sanções e impedimentos aplicáveis, inclusive CEIS, CNEP, SICAF, CNJ e demais bases oficiais disponíveis, para verificação da inexistência de impedimento legal à contratação.

17. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea d da Lei 14.133/2021):

17.1. Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente **Termo de Referência**, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

17.1.1. A presente contratação será destinada à ampla concorrência, não sendo aplicável a reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte prevista nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, em razão da natureza indivisível do objeto, consistente na aquisição de equipamento único e integrado, cuja divisão se mostra tecnicamente inviável e incompatível com a execução adequada da contratação.

17.2. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos poderão acarretar em desclassificação da empresa.





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

17.3. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos **Artigos 62º ao 70º da Lei 14.133/2021:**

17.4. Não poderão participar as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) Suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar quando a penalidade foi aplicada pelo órgão ou entidade licitante, com fundamento no **Art. 14º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021;**

b) Impedidas de participar de licitações ou de contratar, ou atingidas por outra vedação legal que conste do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União (CGU), do Portal da Transparência, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e/ou da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);

c) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no **Art. 14º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021;**

d) Constituídas com o mesmo objeto e da qual participem sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do **Art. 46 da Lei nº 8.443/1992**, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;

e) Que se enquadrem nas vedações previstas no **Artigo 14º da Lei 14.133/2021;**

f) Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;

g) Que estejam reunidas em consórcio, de acordo com o **Art. 14º Inciso II da Lei 14.133/2021**, uma vez que o objeto se reveste de simplicidade e não envolve questões de alta complexidade e relevante vulto, pois as empresas isoladamente têm condições de suprir os requisitos de habilitação e não há restrição à competitividade (**Acórdãos TCU n. 2.457/2017-Plenário e n. 11196/2011-2ª Câmara**);

h) Estrangeiras que não funcionem no País;

i) Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

17.5. Nos termos do **Art. 5º do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018**, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

17.5.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau (com amparo na interpretação sistemática do Art. 37, caput, da Constituição Federal, da Súmula Vinculante/STF nº 13, do Art. 18, inciso II, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Art. 5º, Inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e do Art. 2º, Inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

18. PENALIDADES (Art. 92º, Inciso XIV, Arts. 155º ao 163º da lei 14.133/2021):

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do **Art. 155º Lei nº 14.133/2021**, o CONTRATADO que:

- I) Dar causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- II) Dar causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III) Dar causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- IV) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI) Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato ou seu equivalente;
- IX) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- X) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII) Praticar ato lesivo previsto no **Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**.

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (**Art. 156º Lei nº 14.133/2021**):

- I) Advertência;
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

“II”, “III”, “IV”, “V”, “VI” e “VII” do item 18.1 deste Instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156º, §4º da Lei 14.133/21);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas **nos incisos “VIII”, “IX”, “X”, “XI” e “XII” do item 18.1 deste Instrumento**, bem como nos incisos **“II”, “III”, “IV”, “V”, “VI” e “VII” do mesmo item**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 156º, §5º da Lei 14.133/21);

IV) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega do bem injustificada sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias (Art. 156º, §3º; Art. 162º da Lei 14.133/21);

V) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou seu equivalente, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial (Art. 156º, §3º, Art. 162º, Parágrafo Único da Lei 14.133/21).

VI) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do equipamento, no caso de não realização de reparo, substituição ou atendimento durante o período de garantia, até o limite de 20% (vinte por cento), sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156º, §1º da Lei 14.133/21):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

18.4. A sanção prevista inciso I **do item 18.2 deste Instrumento** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I **do item 18.1 deste Instrumento**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156º, §2º da Lei 14.133/21).

18.5. A sanção estabelecida no inciso III **do item 18.2 deste Instrumento** será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do Gestor da Pasta, ou seja, do Secretário Municipal de Administração (Art. 156º, §6º, inciso I da Lei 14.133/21).

18.6. As sanções previstas nos incisos "I", "II" e "III" **do item 18.2 deste Instrumento**, poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas no inciso "IV" e "V" **do mesmo item 18.2 deste Instrumento** (Art. 156º, §7º da Lei 14.133/21).

18.7. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos





**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

18.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (**Art. 156º, §8º da lei 14.133/21**).

18.9. Na aplicação da sanção prevista **nos incisos “IV” e “V” do item 18.2 deste Instrumento**, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (**Art. 157º da lei 14.133/21**).

18.10. A aplicação das sanções previstas **no item 18.2 deste Instrumento** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (**Art. 156º, §9º da lei 14.133/21**).

18.11. A aplicação das sanções previstas **nos incisos “II” e “III” do item 18.2 deste Instrumento** requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do (**Art. 158º e seus parágrafos da Lei 14.133/2021**).

19. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA:

19.1. Os pagamentos efetuados pela Administração estarão sujeitos à retenção do Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Decreto Municipal nº 60.340/2023, alterações posteriores, da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e da legislação tributária vigente.

19.2. A contratada deverá indicar na nota fiscal a alíquota aplicável ao objeto contratado, observando o enquadramento tributário correspondente e as disposições da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

19.3. Na hipótese de a contratada não estar sujeita à retenção do Imposto de Renda, deverá apresentar declaração e documentação comprobatória da condição legal que afasta a retenção, sob pena de aplicação das retenções cabíveis pela Administração.

20. MATRIZ DE RISCOS (Art. 22 da Lei nº 14.133/2021)

20.1 A análise de riscos da contratação encontra-se devidamente elaborada e juntada aos autos do Processo Administrativo nº 89375/2026, contemplando os riscos relacionados à especificação técnica, fornecimento, entrega, operação e manutenção do equipamento.

Dentre os principais riscos identificados, destacam-se:

- aquisição de equipamento incompatível com as necessidades operacionais;
- fornecimento em desacordo com as especificações;





PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- atraso na entrega;
- falhas de funcionamento e manutenção durante o período de garantia;
- riscos relacionados à operação e capacitação de usuários.

20.2 A alocação dos riscos observa a capacidade de gestão por cada parte, sendo atribuídos à contratada os riscos inerentes ao fornecimento, qualidade, entrega, assistência técnica e garantia do equipamento, e à Administração os riscos relacionados à definição da necessidade, especificação técnica e adequação da infraestrutura.

20.3 As medidas de mitigação encontram-se refletidas nas cláusulas deste Termo de Referência, especialmente quanto às especificações técnicas, critérios de aceitação, prazos, garantia, assistência técnica e penalidades.

21. INFORMAÇÕES GERAIS:

21.1. Este **Termo de Referência** tem como base legal a **Lei nº 14.133/2021** – (Nova Lei de licitações e contratos); Lei nº 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor).

22. DO FORO:

22.1. Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Vilhena/RO, 02 de junho de 2026.

Elaborado por:



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
BRUNO GABRIEL PAZINI SALA
02/06/2026 09:53:07

Bruno Gabriel Pazini Sala
Semad / Orçamento

Autorizado por:

Valentin Gabriel
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 63.890/2025
(assinado eletronicamente)



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
VALENTIN GABRIEL



02/06/2026 10:57:46

<https://vilhena.ox.eioleech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade/?identificador=d517d7a2-7d17-4319-a6dd-0785406599d6>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

